
RELATÓRIO ANUAL
2010

CREDUNI

ÍNDICE

1. Edital de Convocação.....	Pág. 01
2. Composição da Assembléia Geral e Sócios Fundadores.....	Pág. 02
3. Mensagem do Conselho de Administração.....	Pág. 03
4. Relatório Anual de Gestão 2010.....	Pág. 04
5. Relatório Anual do Fates 2010.....	Pág. 05 à 07
6. Balanço Patrimonial do Exercício.....	Pág. 08 à 09
7. Demonstrações	
- Dem. das Sobras ou Perdas	Pág. 10
- Dem. das Mutações do Patrimonio Liquido	Pág. 11
- Dem. de Fluxo de Caixa	Pág. 12
8. Notas Explicativas.....	Pág. 13 à 23
9. Parecer do Conselho Fiscal	Pág. 24
10. Parecer do Auditor Independente.....	Pág. 25
11. Indicadores de resultados	
- Número de Cooperados e Capital Social	Pág. 26
- Depósitos à Prazo e Operações de Crédito	Pág. 27
- Sobras Líquidas + Juros ao Capital Deduzidos o IRRF	Pág. 28
- Rendimentos Comparados e Rating.....	Pág. 29
12. Orçamento do Fates para 2011.....	Pág. 30 à 31
13. Plano de Ação para Exercício 2011.....	Pág. 32
14. Proposta de modificação do Estatuto Social.....	Pág. 33

Edital de Convocação

CREDUNI - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA LTDA
CNPJ: 03.428.338/0001-37

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS: ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da CREDUNI - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba LTDA convoca os 24 (vinte e quatro) delegados de grupos seccionais, representando os 4.037 (quatro mil e trinta e sete) associados, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, cumulativas, no dia 10 de fevereiro de 2011, no auditório do Centro de Extensão José Farias da Nóbrega, localizado no Campus Universitário da UFCG na Av. Aprígio Veloso 882 em Campina Grande, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" mínimo de instalação, sempre no mesmo local, de acordo com o Art. 27 do Estatuto Social: 01) em primeira convocação às 13:00 horas com o "quorum" mínimo de 2/3 do número total de delegados; 02) em segunda convocação às 14:00 horas com o "quorum" mínimo de metade do número total de delegados mais um; 03) em terceira convocação às 15:00 horas com o "quorum" mínimo de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- 1 - Prestação de contas do exercício 2010, compreendendo o Relatório Anual da Gestão, o Balanço Patrimonial com Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;
- 2 - Destinação das sobras líquidas apuradas do exercício 2010;
- 3 - Proposta de utilização do FATES;
- 4 - Plano de ação para o exercício 2011;
- 5 - Honorários e cédulas de presença de Diretores e Conselheiros;

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- 1 – **Modificação do Estatuto Social: Art. 3º, Parágrafo Primeiro, introdução do inciso VI; Art. 20º, Parágrafo Segundo; Art. 33º, Parágrafo Primeiro e Art. 63º, inciso III.**

RELAÇÃO DE DELEGADOS

Benedita Edina da Silva Lima Cabral	Ivo Queiroz Cabral
Benemar Alencar de souza	Joao Porfirio dos Santos
Carmen Lucia do Nascimento	José de Anchieta Dela Bianca
Chateaubriand Pinto Bandeira Júnior	José Valderio Meireles Pinto
Damião Augusto Medeiros	José Veriano Dias
Felinto de Sousa Neto	Marcelo Gondim de Vasconcelos
Francisca Barbosa Santana de Britto	Maria das Graças Farias Teófilo
Francisco Alves Batista	Maria do Socorro de Oliveira Andrade
Francisco Edmar Brasileiro	Maria Elizabeth Ribeiro Clemente
Gutemberg Soares Ramalho	Maria Teresa Nascimento Silva
Heliane Carneiro Benevides da Silva	Michel Francois Fossy
Igor Araújo Alves	Rosália Gouveia Filizola

Todos os sócios podem participar das Assembleias, contudo, o direito de voz e voto é restrito aos Delegados (Art. 24 do Estatuto Social).

Campina Grande, 30 de Janeiro de 2011.

João Silveira Cabral
 Diretor Presidente

Composição da Assembléia Geral e Sócios Fundadores

TITULARES		SUPLENTE	
▶ Ivo Queiroz Cabral	▶ Marinaldo dos santos	▶ José Fernandes de Araújo Leite	
▶ Chateaubriand Pinto Bandeira Júnior	▶ Paulo de Melo Bastos	▶ Wellington Santos Mota	
▶ Damião Augusto Medeiros	▶ Luciano de Lima Costa	▶ Vijay Pal Singh Nain	
▶ Francisco Alves Batista	▶ Dimas Batista Xavier	▶ Ronaldo Romero Lira	
▶ Benemar Alencar de souza	▶ Maria das Graças Farias Teófilo	▶ Glauro Feitosa Duda	
▶ Michel Francois Fossy	▶ Zenilda Matias Brasil Probst	▶ Melânia Mendonça Rodrigues	
▶ Francisco Edmar Brasileiro	▶ Ivony Lidia Monteiro Saraiva	▶ Laercio Losano	
▶ Maria Teresa Nascimento Silva	▶ Neide Maria Gomes de Lucena	▶ Manoel da Silva Flor	
▶ Mario Victor Bezerra Vasconcelos	▶ Nilton Jeronimo de Brito	▶ Francisco Wlaudy Erimar Lourenço Araújo	
▶ Francisca Barbosa Santana de Britto	▶ Diogenes Lima Alves de Freitas	▶ Thiago da Silva Lins	
▶ José de Anchieta Dela Bianca	▶ Digelma Ribeiro Victor	▶ Roberto Joseline Gusmão	
▶ Maria do Socorro de Oliveira Andrade	▶ José Aguinaldo da Silva	▶ José Aguinaldo da Silva	
▶ Benedita Edina da Silva Lima Cabral	▶ Marconi José Pereira de Brito		
▶ Felinto de Sousa Neto			
▶ José Veriano Dias			
▶ Maria Elizabete Ribeiro Clemente			
▶ Joao Porfirio dos Santos			
▶ José Valderio Meireles Pinto			
▶ Rosália Gouveia Filizola			
▶ Gutemberg Soares Ramalho			
▶ Heliane Carneiro Benevides da Silva			
▶ Igor Araújo Alves			
▶ Marcelo Gondim de Vasconcelos			
▶ Carmen Lucia do Nascimento			

■ **Mandato até 31 de Dezembro de 2013**

SÓCIOS FUNDADORES			
▶ Angelo perkusich	▶ José Wallace Barbosa do Nascimento		
▶ Benemar Alencar de Souza	▶ Josenira dos Santos França		
▶ Dagoberto Lourenço Ribeiro	▶ Laerson Duarte da Silva		
▶ Edeilde Gonçalves da Silva	▶ Lucimar Ribeiro Gomes Andrade		
▶ Edjânio Barbosa Araújo	▶ Marcos Antonio Barbosa de Melo		
▶ Edson Guedes da Costa	▶ Maria Do Socorro Azevêdo		
▶ Flávio Luiz Honorato da Silva	▶ Maria Teresa Nascimento Silva		
▶ Francisco de Assis Bandeira	▶ Moema Soares de Castro		
▶ Hamilton Medeiros de Azevedo	▶ Péricles Rezende Barros		
▶ João Batista Queiroz de Carvalho	▶ Ricardo Jorge Aguiar Loureiro (in memorian)		
▶ João Silveira Cabral	▶ Washington Luiz Araujo Neves		
▶ José Eduardo da Silva	▶ Wellington Santos Mota		

Mensagem do Conselho de Administração

A Assembleia Geral Ordinária é o momento da prestação de contas da Administração aos cooperados referente ao exercício anterior e na CREDUNI tem sido um momento de alegria e satisfação devido aos bons resultados apresentados, continuamente, desde a primeira Assembleia realizada no ano 2000. Este ano não será diferente. Os resultados permanecem excelentes e a distribuição com os associados, de acordo com suas operações realizadas com a cooperativa vai ser novamente uma festa para todos.

Outro importante motivo de comemoração é a posição de destaque conferida pelo Sistema UNICRED Brasil, que congrega 117 cooperativas, distribuídas em nove centrais entre elas a UNICRED Central Norte/Nordeste à qual a CREDUNI é filiada. Nossa Cooperativa simplesmente foi classificada como a oitava maior cooperativa desse Sistema que é um dos três grandes sistemas cooperativistas de crédito do Brasil. A essa posição de destaque, deve-se considerar a excelente avaliação, feita mensalmente pelo sistema nacional, que a CREDUNI desfruta relativa aos seus fundamentos operacionais. No relatório a seguir apresentado consta a avaliação referente ao mês de dezembro próximo passado.

A Missão da CREDUNI: “contribuir com a organização financeira dos cooperados” que é a razão de ser de nossa Cooperativa, definida pelo ideário dos sócios fundadores na memorável Assembleia de Constituição realizada em 06 de abril de 1999, na avaliação do Conselho de Administração, está sendo gradativamente alcançada através de meno-

res taxas de juros nos empréstimos e financiamentos, melhores rendimentos para os investimentos e distribuição de bons resultados apresentados anualmente. Os cursos oferecidos pela CREDUNI em convênios com o SENAI E SEBRAE para sócios e filhos, com o objetivo de promover a qualificação e realização profissional, principalmente dos familiares mais jovens, credenciando-os para o mercado de trabalho, também são importantes para a organização financeira dos sócios.

Merece ainda consideração a presença da CREDUNI no desenvolvimento regional, o qual deve ser preocupação de lideranças políticas e intelectuais e de todo cidadão responsável, face aos péssimos índices que as estatísticas conferem ao Estado da Paraíba: analfabetismo, pobreza, pouco crescimento econômico e baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Assim, a nossa Cooperativa ao proporcionar oportunidade de trabalho diretamente a 40 (quarenta) profissionais, além dos resultados distribuídos com os sócios, em valores expressivos, na Assembleia Geral Ordinária contribui com o desenvolvimento do nosso Estado. Na ausência da CREDUNI esses recursos teriam destino diferente, como parte dos lucros de outras instituições financeiras.

Atribuimos o sucesso de nossa Cooperativa aos sócios fundadores, à dedicação dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos Representantes dos sócios na Assembleia Geral, aos funcionários, à UNICRED Central e, principalmente, à confiança e à participação de todos os associados.

Parabéns aos Sócios!

Parabéns à Administração!

Relatório Anual de Gestão 2010

Este Relatório trata das atividades desenvolvidas pela CREDUNI no Exercício 2010, compreendendo as ações administrativas, as atividades financeiras, os resultados contábeis e as atividades patrocinadas pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, apresentando ao quadro social, de acordo com os dispositivos legais e estatutários, o desenvolvimento de nossa Cooperativa no referido exercício. O Conselho de Administração da CREDUNI considera que os resultados apresentados são muito positivos quanto ao atendimento aos associados nas operações ativas e passivas, mas que ainda precisa melhorar no oferecimento e prestação dos serviços considerados acessórios.

1. Quadro Social – Evoluiu de 3.693 associados para 4.004.
2. Ações Administrativas:
 - 2.1 Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas em 25.02.2010 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.05.2010.
 - 2.2 Cumprimento de todas as obrigações com a UNICRED Central Norte/Nordeste, Banco Central do Brasil, Junta Comercial, Receita Federal, INSS, FGTS, SICAF, SIAPE e obrigações trabalhistas.
 - 2.3 Aumento do quadro de pessoal, sendo 4 (quatro) funcionários para Campina Grande e 1 (um) para João Pessoa.
 - 2.4 Instalação da CREDUNI na Universidade Estadual da Paraíba no Campus Universitário de Bodocongó em Campina Grande. Custo de instalação: R\$ 30.687,07.
 - 2.5 Desativação do Posto de Atendimento na Sede da ASIP (Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas da UFPB) na Av. Eptácio Pessoa 621 em João Pessoa.
 - 2.6 Compra de mais um caixa eletrônico e instalação no Centro de Vivências do Campus I da UFPB em João Pessoa.
 - 2.7 Excelente avaliação de Risco feita mensalmente pelo Sistema UNICRED Central N/NE.
3. Curso de capacitação para o Conselho de Administração e Fiscal ministrado pelo SESCOOP em fevereiro de 2010.
4. Relatório Anual do FATES e o Relatório Financeiro e Contábil (pág. seguintes).

João Silveira Cabral
Diretor Presidente

Dagoberto Lourenço Ribeiro
Diretor Financeiro

Paulo Ortiz R. de Aragão
Diretor Administrativo

Relatório Anual do Fates 2010

ATIVIDADE:

- 1) Curso e Treinamento para Funcionários
 Público: Funcionários e Estagiários
 Assunto: Qualidade no Atendimento e Outros
 Ministrantes: a serem contratado
 Custo Total R\$ 30.618,71

- 2) Curso e Treinamento Oferecido pela UNICRED Central N/NE
 Público: Diretores, Conselheiros e Funcionários
 Ministrantes: Responsabilidade da Central
 Custo Total R\$ 7.180,02

- 3) Palestras em Campina Grande e João Pessoa
 Público: Sócios Aniversariantes
 Ministrantes: Conselheiro de Administração
 Custo Total R\$ 11.852,62

- 4) Curso através de Convênios com o SENAC, SENAI e SEBRAE
 Público previsto: 400 Pessoas - Sócios e Dependentes
 Ministrantes: Responsabilidades dos Convênios
 Total de Participante: 152
 Custo Total R\$ 25.495,00

SENAC	QUANT. PAR-
CURSOS MINISTRADOS	TICIPANTES
INFORMATICA BASICA	7
MECANICA E MANUTENÇÃO	1
ORGANIZADOR DE EVENTOS	5
ORGANIZADOR DE EVENTOS E INF. BASICA	2
AULILIAR ADMINISTRATIVO	5
GESTÃO FINANCEIRA	3
MICROINFORMATICA PARA EMPRESA	2
GERENCIAMENTO DE EQUIPES	1
PHOTOSHOP	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
CORTE E ESCOVA	1
GESTÃO DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO	1
Total de Participante	30
Custo Total	3.770,00

Relatório Anual do Fates 2010

SENAI CURSOS MINISTRADOS	QUANT. PAR- TICIPANTES
CONFEITEIRO	5
ELETRONICA INSTALADOR PREDIAL	11
MECÂNICO DE MANT. DE MOTOCICLETAS	4
MECANICA DE MOTOCICLETAS	1
MEC. MANUT. MOTORES A ALCOOL E GAS.	7
TORNEIRO MECANICO	2
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR	13
OPERADOR DE COMPUTADOR	4
DESENHISTA -WEB DESIGNER	4
DESENHISTA DE PRO. EDITORIAL	4
INST DE CAB. DE REDE COMPUTADOR	6
MONTADOR E MANT. DE COMPUTADOR	6
OPERADOR DE MICROCOMP-SECRETARIAS	1
PROGRAMADOR DE MICROCOMPUTADOR	1
SEG. EM INST. E ELETRICIDADE-NR10	1
MANT. DE CIRC. DE ELETRÔNICA ANALÓGICA	2
MANTENEDOR DE CIRC. DE ELET. DIGITAL	1
MECANICO DE INJEÇÃO ELETRONICA	1
IMPRESSOR DE OFF-SET	1
MECANICO ELETRICISTAS DE AUTOS	1
MECANICA ELETRONICA DE AUTOS	1
AUTOCARD 3D	7
AUTOCARD	3
MECANICO DE EQUIP. DE PNEUMATICO	1
MONTADOR E MANT. DE MICRO	2
MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADOR	2
PADEIRO	1
REDES	1
MECANICO DE MOTORES AUTOS	3
CLP	1
PROGRAMADOR DE DELPHI	2
EDITOR GRAFICO	1
WEB DESINGN	2
MONTADOR DE MICROMPUTADOR	1
INJEÇÃO ELETRONICA	1
Total de Participante	109
Custo Total	19.840,00

Relatório Anual do Fates 2010

SEBRAE	QUANT. PAR-
CURSOS MINISTRADOS	TICIPANTES
GESTAO DE PESSOAS	3
DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS	1
RELAÇÕES HUMANAS INTER. E DE TRABALHO	1
EXCELENCIA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE	5
MARKETING DE RELACIONAMENTO	1
LEGISLAÇÃO TRAB. E PREVIDENCIARIAS	1
Total de Participante	12
Custo Total	715,00

DATA MASTER	QUANT. PAR-
CURSO MINISTRADO	TICIPANTES
GESTÃO ADMINISTRATIVA E GERENCIAL	1
Total de Participante	1
Custo Total	1.170,00

- 5) MBA Cooperativismo de Crédito conjuntamente com outras Co-irmãs
Público: 20 Pessoas da CREDUNI - Conselheiro, Funcionários e Sócios
Carga Horária: 420 em finais de semana alternados
Não realizado
- 6) Atividade Esportiva em Parceria com o SINTESP
Público: Filhos e Netos de Sócios
Local: Campina Grande e João Pessoa
Não realizado
- 7) Comunicação com os Sócios através dos Correios
Custo Total R\$ 10.074,43
- 8) Confraternizações e Patrocínio
Custo Total R\$ 18.000,00

Saldo Inicial do FATES: R\$ 712.334,30
Saldo Final do FATES: R\$ 609.113,52
Total das Despesas em 2010: R\$ 103.220,78

Campina Grande, 26 de janeiro 2011.

Balanço Patrimonial do Exercício

Posição em 31/12/2010

ATIVO

	Valores em R\$ 1,00	
	Dez / 10	Dez /09
ATIVO CIRC. E REALIZAVEL L. P.	77.636.691	64.590.467
DISPONIBILIDADE	1.550.403	707.862
Caixa	1.353.737	672.015
Depósitos Bancários	196.666	35.847
APLICACOES INTERF. DE LIQUIDEZ	-	-
Aplicações Oper. Compromissadas	-	-
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	-	-
Livres	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.225.500	1.561.321
Serviço de Compensação	-	-
Centralização Financeira	2.225.500	1.561.321
OPERAÇÕES DE CREDITO	71.732.458	61.356.639
Empréstimo e Títulos Descontados	73.830.022	62.854.753
Financiamentos	393.135	297.875
Provisões p/ Op. de Crédito	(2.490.699)	(1.795.989)
OUTROS CRÉDITOS	2.118.533	964.061
Rendas a Receber	501.082	21.690
Diversos	1.617.451	942.371
Provisões p/ outros créditos	-	-
OUTROS VALORES E BENS	9.798	583
Material de Expediente	-	583
Despesas Antecipadas	9.798	-
PERMANENTE	6.050.675	5.562.308
Investimento	4.973.509	4.544.950
Imobilizado	923.238	864.345
Diferido	123.516	147.469
Intangível	30.411	5.544
TOTAL DO ATIVO	83.687.366	70.152.774

Balanço Patrimonial do Exercício

Posição em 31/12/2010

PASSIVO

	Valores em R\$ 1,00	
	Dez / 10	Dez /09
PASSIVO CIRC. E EXIGIVEL L. P.	32.963.229	24.312.624
DEPOSITOS	11.434.705	5.562.484
Depósito à Vista	576.210	230.342
Depósito sob aviso	883.941	2.937.556
Depósito à Prazo	9.974.553	2.394.586
Outros Depositos	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-
Serviço compensação de cheques	-	-
Centralizações financeiras	-	-
RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAS	334	753
Recursos em trânsito de terceiros	334	753
	-	-
	-	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	14.393.928	12.716.331
Empréstimos no País	14.393.928	12.716.331
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.134.262	6.033.056
Cobrança Arrecadação de Tributos	2.299	1.294
Obrigações Sociais e Estatutárias	4.993.835	712.334
Fiscais e Previdenciarios	428.426	1.519.586
Diversas	1.709.702	3.799.841
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.724.137	45.840.150
Capital	40.173.294	37.915.866
Reservas de Capital	1.000.000	590.000
Reserva de Lucros	2.937.641	2.159.617
Sobras do Exercício	6.613.201	5.174.667
TOTAL DO PASSIVO	83.687.366	70.152.774

Demonstração de Resultados

Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício Encerrado em 31 de Dez. 2010

	Valores em R\$ 1,00	
	Dez / 10	Dez /09
Receita da Intermediação Financeira	18.506.280	14.755.786
Operações de Credito	18.225.522	14.479.557
Operações de Arrend. Mercantil	-	-
Resultado Oper. com Tit. e Valores Mobiliarios	-	-
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	-	-
Resultado da Centralização Financeira	281.349	276.230
Resultado das Aplicações Compulsorias	-	-
Despesa da Intermediação Financeira	(3.829.014)	(2.364.548)
Operações de Captação no Mercado	(620.797)	(377.433)
Operações de Empréstimo e Repasse	(1.482.258)	(1.226.787)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-
Provisão para Créd. Liqui. Duvidosa	(1.725.958)	(760.328)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	14.677.857	12.391.238
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6.804.029)	(6.243.391)
Receitas de Prestação de Serviço	100.652	50.027
Despesas de Pessoal	(2.013.446)	(1.623.941)
Outras Despesas Administrativas	(1.533.152)	(1.086.946)
Despesas Tributárias	(4.283)	(4.507)
Resultado de Partic. Colig. e Controladas	-	-
Outras Receitas Operacionais	1.198.752	578.566
Outras Despesas Operacionais	(4.552.554)	(4.156.590)
Resultado Operacional	7.873.827	6.147.847
Resultado não Operacional	(91.447)	(54.681)
Resultado antes da tributação	7.782.381	6.093.166
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.144)	(1.207)
Provisão para imposto de renda	(1072)	(603)
Provisão para contribuição social	(1072)	(603)
Resultado antes das Destinações	7.780.237	6.091.959
Destinação das Sobras	(1.167.036)	(917.292)
Fates	(389.012)	(304.392)
Reserva Legal	(778.024)	(608.784)
Fates sobre atos não cooperados	-	(4.116)
Sobras Líquidas do Exercício	6.613.201	5.174.667

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Sobras Perdas	Total
Saldo no fim do Período em 31/12/2008	30.883.356	-	1.550.832	4.145.038	36.579.226
Saldo no início do Período em 01/01/2009	30.883.356	-	1.550.832	4.145.038	36.579.226
Aumento de Capital					
* Em Dinheiro	(798.079)				(798.079)
* Em Sobras/Juros ao Capital	7.830.590	-	-	-	7.830.590
Total	7.032.511	-	-	-	7.032.511
Sobras no Período				6.091.959	6.091.959
Destinações					
* Distribuição de Sobras				(4.145.038)	(4.145.038)
* Reserva Legal			608.784	(608.784)	-
* Reserva de Capital				-	-
* Fates				(304.392)	(304.392)
* Fates atos não cooperados				(4.116)	(4.116)
* Constituição da Reserva	-	590.000	-	-	590.000
Total		590.000	608.784	(5.062.330)	281.492
Saldo no fim do Período em 31/12/2009	37.915.866	590.000	2.159.617	5.174.667	45.840.150
Mutação do período	7.032.511	590.000	608.785	1.029.629	9.260.925
Saldo no início do Período em 01/01/2010	37.915.866	590.000	2.159.617	5.174.667	45.840.150
Aumento de Capital					
* Em Dinheiro	2.257.428				2.257.428
* Em Sobras/Juros ao Capital	-	-	-	-	-
Total	2.257.428	-	-	-	2.257.428
Sobras no Período				7.780.237	7.780.237
Destinações					
* Distribuição de Sobras				(5.174.667)	(5.174.667)
* Reserva Legal			778.024	(778.024)	-
* Reserva de Capital				-	-
* Fates				(389.012)	(389.012)
* Fates atos não cooperados				-	-
* Constituição da Reserva	-	410.000	-	-	-
Total		410.000	778.024	(6.341.702)	(389.012)
Saldo no Fim do Período em 31/12/2010	40.173.294	1.000.000	2.937.641	6.613.201	50.724.137
Mutação do período	2.257.428	410.000	778.024	1.438.535	4.883.986

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dez. 2010

DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$ 1,00	
Fluxo das atividades operacionais	2.010	2.009
Sobras Líquidas do Exercício	7.780.237	6.091.959
Depreciação e amortização	127.670	128.610
Variação de ativos e passivos		
Aumento (Redução) em Serviços de compensação de cheques	-	-
Aumento (Redução) em Empréstimos e títulos descontados	(10.941.373)	(12.825.123)
Aumento (Redução) em Adiantamentos a depositantes	(33.896)	(12.999)
Aumento (Redução) em Financiamentos	(95.259)	(246.931)
Aumento (Redução) em Provisões para perdas operações de crédito	694.710	635.481
Aumento (Redução) em Rendas a receber	(479.392)	23.152
Aumento (Redução) em Diversos	(675.080)	2.226.557
(Aumento) Redução em Outros valores e bens	583	(583)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(9.798)	-
(Redução) aumento em depósitos a vista	345.868	(1.136.837)
(Redução) aumento em depósitos sob aviso	(2.053.615)	(305.669)
(Redução) aumento depósitos a prazo	7.579.967	427.508
(Redução) aumento em recursos em trânsito de terceiros	(419)	753
(Redução) aumento em empréstimos no país	1.677.597	1.911.938
(Redução) aumento em cobrança de arrecadação de tributos	1.005	(1.412)
(Redução) aumento em obrigações sociais e estatutárias	4.281.501	199.999
(Redução) aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	(1.091.160)	879.672
(Redução) aumento em obrigações diversas	(2.090.139)	(959.114)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	5.019.006	(2.963.040)
Fluxos das atividades de investimentos		
Destinação de sobras - FATES	(389.012)	(308.508)
Aumento (Redução) em Investimento	(428.559)	(848.422)
Aumento (Redução) em Imobilizado	(157.547)	(92.302)
Aumento (Redução) em Diferido	(0)	(33.033)
Aumento (Redução) em Intangível	(29.930)	(5.940)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(1.005.049)	(1.288.204)
Fluxos das atividades de financiamentos		
(Redução) aumento de capital	2.257.428	7.032.511
Devolução de Cotas		
Distribuição de Sobras	(5.174.667)	(4.145.038)
(Redução) aumento de Reserva de capital	410.000	590.000
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(2.507.239)	3.477.473
Aumento/(redução) das disponibilidades líquidas	1.506.719	(773.770)
Disponibilidade no início do período	2.269.183	3.042.954
Disponibilidade no fim do período	3.775.902	2.269.183
AUMENTO/(REDUCAO)	1.506.719	(773.770)

Notas Explicativas

CREDUNI – COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA PARAIBA LTDA

C.N.P.J. 03.428.338/0001-37

Notas explicativas da administração às
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010
(Em reais)

1. Contexto operacional

A CREDUNI – COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAIBA LTDA é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, constituída em 06 de abril de 1999, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 04 de agosto de 1999, filiada à Cooperativa de Crédito Central Norte/Nordeste e componente do Sistema Unicred Brasil.

A CREDUNI possui Postos de Atendimento Cooperativo - PAC nas seguintes localidades: João Pessoa – PB – PAC Castelo Branco e PAC Bairro dos Estados.

A CREDUNI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 14/01/2011.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

Notas Explicativas

a) Disponibilidades e relações interfinanceiras

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do CMN, que determina a classificação das operações por nível de risco.

c) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis e outros bens disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados ao valor recuperável de ativos através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes;

e) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

f) Imobilizado e diferido

Correspondente aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade. Demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação e amortização acumulada.

A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa de número 08, que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens.

Os imóveis e edificações foram avaliados em consonância a Resolução CMN 3.566/2008 e ajustados ao valor recuperável de ativos. Os demais bens considerados como: móveis e equipamentos de uso, instalações e sistemas de processamento de dados foram inventariados com acompanhamento da diretoria e não sofreram reavaliação, visto a imaterialidade do saldo para fins de ajuste.

Notas Explicativas

g) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

h) Provisão para riscos fiscais, tributários e trabalhistas.

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.535/2008 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - NPC 22.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

j) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

Notas Explicativas

I) Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 que entrou em vigor a partir do exercício 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Neste contexto, as seguintes atualizações normativas expedidas pelo CMN em 2008 foram consideradas na elaboração das demonstrações: a) demonstração do fluxo de caixa, em 2008 sem exigência da comparabilidade, b) divisão do ativo permanente em: investimentos, imobilizado, diferido e intangível, com mudanças nos critérios de registro e reconhecimento c) mudanças relativas aos critérios de avaliação do ativo e do passivo, d) extinção da Reserva de Reavaliação, e) revisão dos conceitos de constituição da Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Sobras/Perdas Acumuladas.

3. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira da Cooperativa Central de Crédito, conforme determinado no artigo 33º da Resolução 3.442 do CMN, com remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Centralização Financeira	2.225.500	1.561.321
TOTAL	2.225.500	1.561.321

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito em conformidade ao artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00.

I – Distribuição das Operações segregadas por tipo de cliente e atividade econômica

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Setor Privado		
Pessoa Física	73.858.981	63.134.558
Empréstimos	72.658.643	62.176.932
Cartão	3.951	1.907
Financiamentos	393.135	297.875
Adiantamentos a Dep.	50.974	17.078
Cheque Especial	752.279	640.766

Notas Explicativas

Pessoa Jurídica	364.175	18.070
Empréstimos	364.175	18.070
Financiamentos	-	0
Adiantamentos a Dep.	-	0
Cheque Especial	-	0
Total	74.223.157	63.152.628

As atividades econômicas das operações realizadas por pessoas jurídicas são caracterizadas por empresários e/ou entidades sem fins lucrativos de acordo com o previsto em estatuto social.

II – Distribuição por faixa de vencimento e nível de risco (normal e vencido);

	Emprést. / Tít. Desc. *	Emprést. /Tít. Desc. *	Finan- ciamen- tos	Cheque Especial	Total em 31/12/10	Pro- visões 31/12/10	Total em 31/12/09	Pro- visões 31/12/09
AA	Normal	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50% Normal	51.211.972	218.431	371.991	51.802.394	258.965	47.898.074	239.443
B	1% Normal	12.509.097	77.609	263.461	12.850.167	128.491	8.080.712	80.799
B	1% Vencidas	2.822.432	64.798	0	2.887.229	28.870	2.095.306	20.951
C	3% Normal	829.844	0	14.751	844.595	25.337	532.955	15.988
C	3% Vencidas	457.443	32.298	0	489.740	14.692	301.191	9.036
D	10% Normal	53.455	0	0	53.455	5.345	19.114	1.911
D	10% Vencidas	53.455	0	0	61.766	6.177	148.026	14.802
E	30% Normal	4.174.213	0	93.987	4.268.200	1.280.457	3.353.003	1.005.899
E	30% Vencidas	251.493	0	0	251.493	75.448	306.645	91.993
F	50% Normal	68.637	0	2.867	71.504	35.752	162.492	81.246
F	50% Vencidas	126.105	0	0	126.105	63.053	41.437	20.718
G	70% Normal	11.000	0	0	11.000	7.700	0	0
G	70% Vencidas	33.659	0	0	33.659	23.562	1.570	1.099
H	100% Normal	35.675	0	5.223	40.898	40.898	1.628	1.628
H	100% Vencidas	430.952	0	0	430.952	430.952	210.474	210.474
Total Normal		68.893.893	296.040	752.279	69.942.212	1.782.946	60.047.978	1.426.915
Total Vencido		4.183.850	97.095	0	4.280.945	642.752	3.104.650	369.074
Total Geral		73.077.743	393.135	752.279	74.223.157	2.425.699	63.152.628	1.795.989
Provisões		2.382.427	3.485	39.876	2.425.699			
Total Líquido		70.695.316	389.650	712.492	71.797.458			

Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

Descrição	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Total
Cheque Especial	167.656	244.919	218.372	121.332	0	0	752.278
Empréstimos	3.093.401	2.737.003	2.090.994	6.785.359	12.212.434	45.855.819	72.775.010
Financiamentos	14.537	15.825	15.581	45.186	78.514	221.385	391.029
Ad. a depositante	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3.285.203	2.997.747	2.324.947	6.951.877	12.292.025	46.077.204	73.929.003

Notas Explicativas

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial – Janeiro de 2010/2009	1.795.989	1.160.508
Constituições/Reversões no Exercício	2.233.189	2.518.726
Transferência/Reversões p/ Prejuízo no Exercício	(1.538.480)	(1.883.245)
Total	2.490.699	1.795.989

c) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2010	% Carteira Total	31/12/2009	% Carteira Total
Maior Devedor	348.054	0,47	375.013	0,59
10 Maiores Devedores	1.983.276	2,66	3.043.383	4,96
50 Maiores Devedores	6.359.592	8,52	9.718.716	15,83

d) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial – Janeiro de 2010/2009	262.578	271.565
Valor das Operações Baixadas no período	388.612	177.738
Valor das operações recuperadas no período	(220.348)	(186.726)
Total	430.842	262.578

5. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2010	Dezembro 2009
Rendas a Receber	501.082	21.690
Adiantamentos e antecipações Salariais	9.379	1.326
Adiantamento pgto. Nossa Conta	0	2.495
Devedores p/ depos. em garantia	1.476.042	934.021
Imposto e Contribuições a Compensar	59.549	0
Imposto de Renda a Recuperar	1.003	0
Incentivo Fiscal - PAT	2.750	0
Devedores Diversos (*)	68.728	4.528
Total	2.118.533	964.060

(*) Refere-se a Pendências a regularizar e Diferença de Caixa.

Notas Explicativas

6. Outros valores e bens

Em Outros valores e bens está registrado o valor de R\$ 9.798 referente a Despesa Antecipada que será apropriada posteriormente.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Despesas Antecipadas	9.798	583
Total	9.798	583

7. INVESTIMENTOS

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuadas pela CENTRAL NORTE/NORDESTE , conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Unicred Central Norte/Nordeste	4.973.509	4.544.950
Total	4.973.509	4.544.950

8. IMOBILIZADO DE USO E DIFERIDO

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação e amortização acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação/ Amortização	31/12/2010	31/12/2009
Imobilizações em Curso		53.858	23.171
Edificações	4%	429.867	429.867
Móveis e Equipamentos	10%	270.783	241.403
Sistema de Processamento de Dados	20%	485.663	402.475
Sistema de Segurança	20%	34.439	23.850
Sistemas de Comunicação	10%	7.654	3.952
Diferido Intangível	20%	363.520	363.520
Total		1.681.654	1.493.782
Depreciação Acumulada		(359.026)	(260.373)
Amortização Acumulada		(245.463)	(216.448)
Total		(604.489)	(476.820)
Total Geral		1.077.165	1.016.962

9. DEPÓSITOS

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Notas Explicativas

Os depósitos, até o limite de R\$60.000,00, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor de Depósitos (FGD), o qual é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas filiadas a UNICRED CENTRAL NORTE NORDESTE que aderiram ao respectivo fundo.

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 33, da Resolução CMN nº 3.442, de 28/02/07) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Unicred Central NNE	14.393.928	12.716.331
Total	14.393.928	12.716.331

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Provisão Juros ao Capital	3.992.833	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	998.125	712.334
Cotas de Capital a Pagar	2.877	-
Total	4.993.835	712.334

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do Banco Central do Brasil, denominado COSIF.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Impostos e contribuições sobre lucro	66	45
Impostos e Contribuições a Recolher	68.360	55.840
Provisão para riscos fiscais (*)	360.000	1.463.701
Total	428.426	1.519.586

(*) Provisões para riscos tributários e trabalhistas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
PIS e COFINS	0	169.680
IIRRF S/Juros ao Capital	0	934.021
Outras	360.000	360.000
Total	360.000	1.463.701

PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Provisão para pagamentos a efetuar	174.220	3.795.557
Provisão p/ passivos conting.	1.476.042	0
Credores Diversos (*)	59.440	4.284
Total	1.709.702	3.799.841

(*) Refere-se a: Sobras de caixa, Fornecedores, Pendências a regularizar, Depósitos não identificados, outros credores.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios da Cooperativa são: o risco de crédito; o risco de mercado; o risco de liquidez; e o risco de capital. As políticas de gestão desses valores riscos são conservadoras visando limitar eventuais prejuízos a mínimos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados.

A política de crédito da Cooperativa objetiva a manutenção de segurança, qualidade e liquidez dos ativos, além da rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes as operações de crédito, bem como no estabelecimento de limites operacionais.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a Pessoas Físicas que mantenham capacidade de pagamento e idoneidade, com amparo de garantias condizentes aos riscos assumidos.

Notas Explicativas

b) Risco de Mercado

Em cumprimento à Resolução 3.464 do BACEN, esta instituição implementou estrutura de gerenciamento de risco de mercado que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nas posições detidas pela Cooperativa.

Esta estrutura contempla:

- Diretor Responsável e técnico nomeados perante órgão regulador
- Política e Sistema de mensuração para o cálculo de alocação de capital
- Comissão Técnica de Risco de Mercado (CTRM) – formada por técnicos das Centrais e da Con

Esta UNICRED envia mensalmente os relatórios DLO (demonstrativo de limites operacionais) e DRM (demonstrativo de risco de mercado) e ainda o relatório DLO de suas filiadas, sendo que o DRM está isento de envio. A Carteira está devidamente classificada como negociação ou fora da negociação, conforme legislação.

c) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações da Cooperativa, bem como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras ativas e passivas, mantendo-se adequado acompanhamento através da análise dos fluxos de caixa.

d) Risco de Operacional

Em cumprimento à Resolução 3.380 do BACEN, esta instituição está implementando estrutura de gerenciamento de risco operacional que tem por objetivo fazer a prevenção de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta estrutura contempla atualmente:

- Diretor Responsável e técnico nomeados perante órgão regulador
- Política, Manual e Sistema de mensuração
- Comissão Técnica de risco operacional (CTRO) – formada por técnicos das Centrais e da Confederação

Esta instituição está em processo de identificação de riscos e controles, para em seguida gerar as avaliações que permitirão analisar, quantificar, reduzir e monitorar seus riscos. Também estão sendo mapeadas constantemente as perdas operacionais. A abordagem para alocação da parcela de risco operacional utilizada é o BIA (Basic Indicator Approach).

e) Risco de Capital

O gerenciamento de risco de capital na Cooperativa busca uma melhor eficiência na composição dos fatores que impactam no índice de Basiléia, que mede a sua solvência.

Notas Explicativas

	dez/10	dez/09
Ativo Ponderado Pelo Risco	8.833.543	7.501.659
PLE EC	16.312	17.719
 Total do PLE	 8.849.855	 7.519.377
Patrimônio de Referencia	51.001.231	46.012.788
Excesso	42.151.376	38.493.410

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Reserva Legal

O valor de Reserva legal R\$ 2.937.641 é constituído pelo percentual de 10% das sobras brutas do exercício.

c) Sobras do Exercício

Em 31 de dezembro de 2010 a cooperativa A cooperativa possui sobras acumuladas no segundo semestre de 2010 no valor de R\$ 6.613.201.

16. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2010
Receita de prestação de serviços	15.222
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(70.139)
Resultado operacional	(54.917)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	31
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.886)
Impostos incidentes sobre o resultado	(1.580)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(56.466)

Nos 1º e 2º trimestres houve resultado s/ atos não cooperados positivo, o que justifica o recolhimento dos tributos.

João Silveira Cabral
Diretor Presidente

Dagoberto Lourenço Ribeiro
Diretor Financeiro

Paulo Ortiz R. de Aragão
Diretor Administrativo

Antônio Augusto de Almeida Filho
Contador CRC-PB 5814-0

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CREDUNI reunido ordinariamente nesta data por seus membros abaixo assinados, convocados para examinar e emitir parecer sobre o Balanço encerrado em 31/12/2010, bem como as Demonstrações Financeiras e demais documentos contábeis, operações ativas e passivas, escrituração de livros, saldos e procedimentos relativos ao período de 01/01/2010 a 31/12/2010, depois de tudo visto e examinado, emite o seguinte parecer:

“Somos pela aprovação do Balanço encerrado em 31/12/2010 e demais documentos contábeis e operacionais examinados, por estarem em perfeita ordem e de acordo com as normas contábeis e legislação vigentes”.

Dê-se conhecimento deste parecer à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária.

Campina Grande, 20 de Janeiro de 2011.

Adilaine Oliveira Queiroz

Edson Guedes da Costa

Roberto Medeiros de Faria

José Eduardo da Silva

Manassés da Costa Agra Mello

Miriam Carmem Costa

Parecer do Auditor Independente



FRANCISCO ASSIS DE SOUSA
Auditor Independente

3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Cooperados da
**CREDUNI - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DAS
 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA LTDA.**
 Campina Grande - PB

Examinei as demonstrações contábeis da CREDUNI - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e de 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

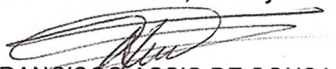
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião.

Opinião

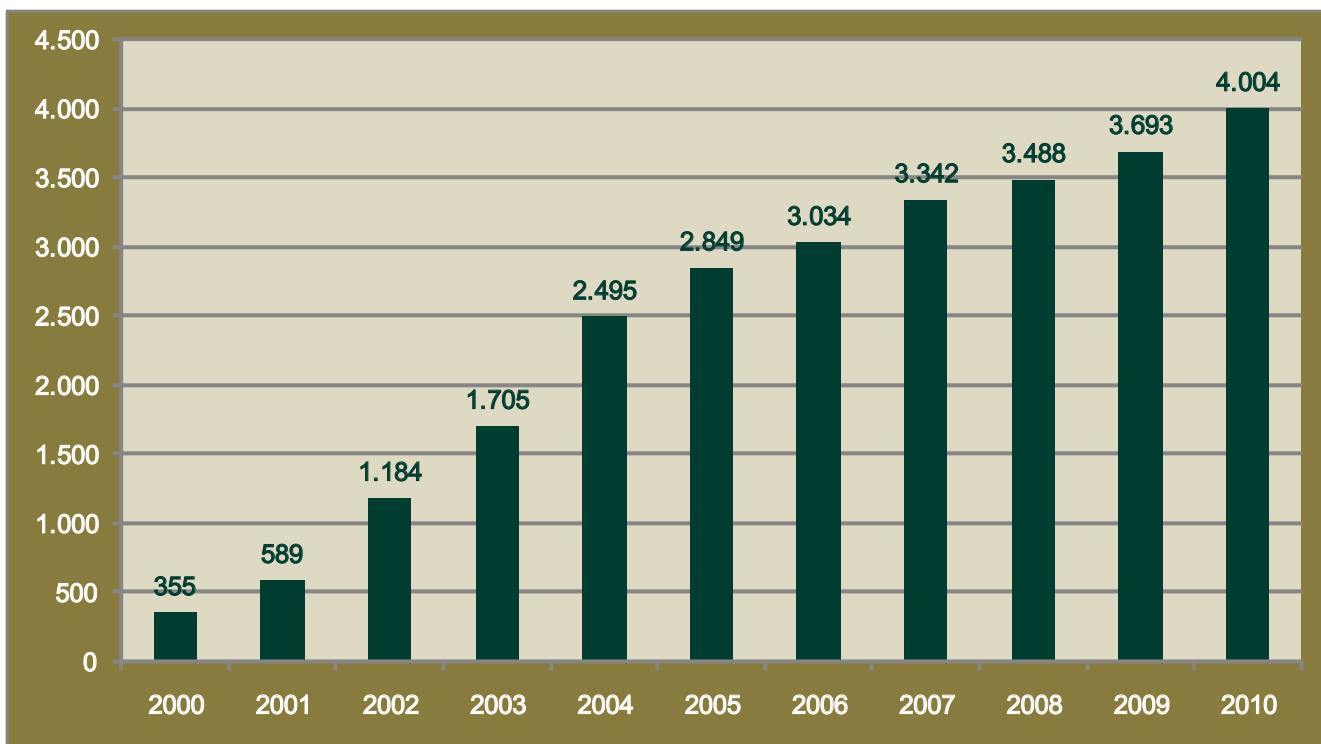
Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2010 e de 31 de dezembro de 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

João Pessoa - PB, 28 de janeiro de 2011.

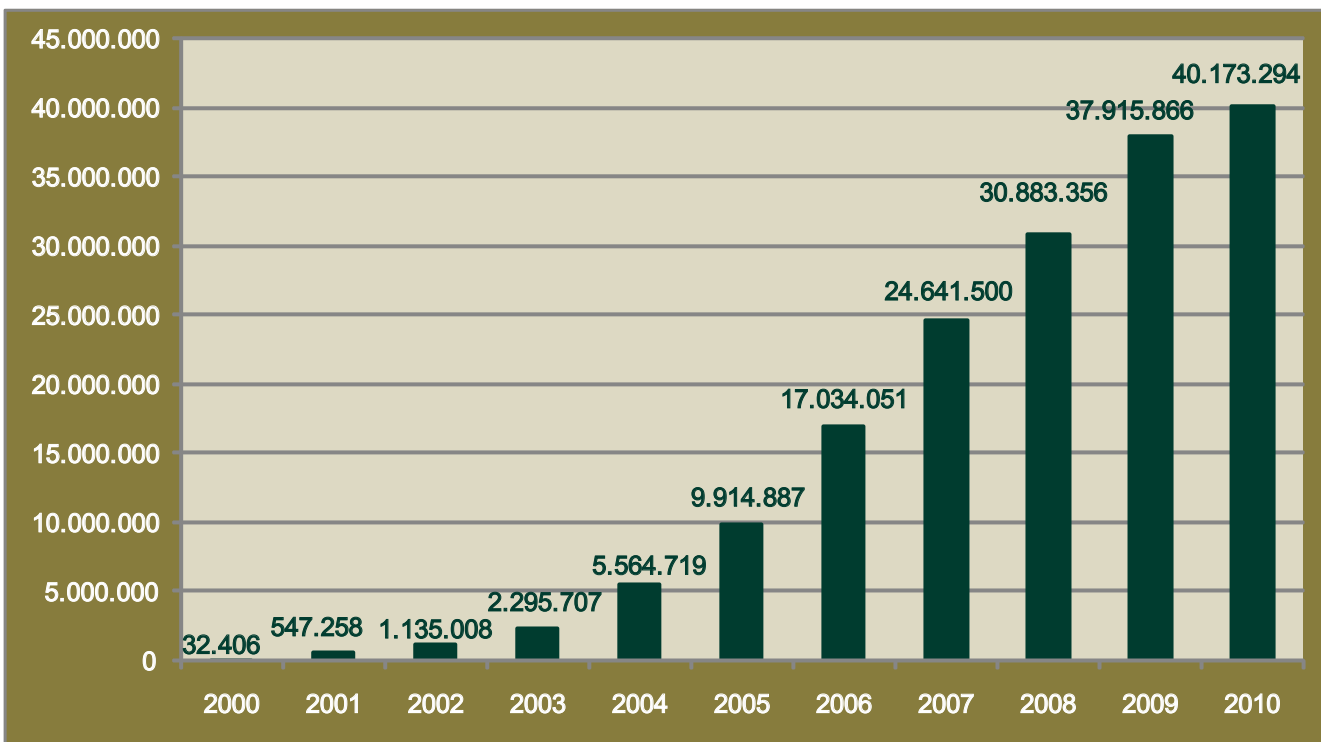

FRANCISCO ASSIS DE SOUSA
 Contador CRC - PB 2689

Indicadores de Resultado

Número de Cooperados

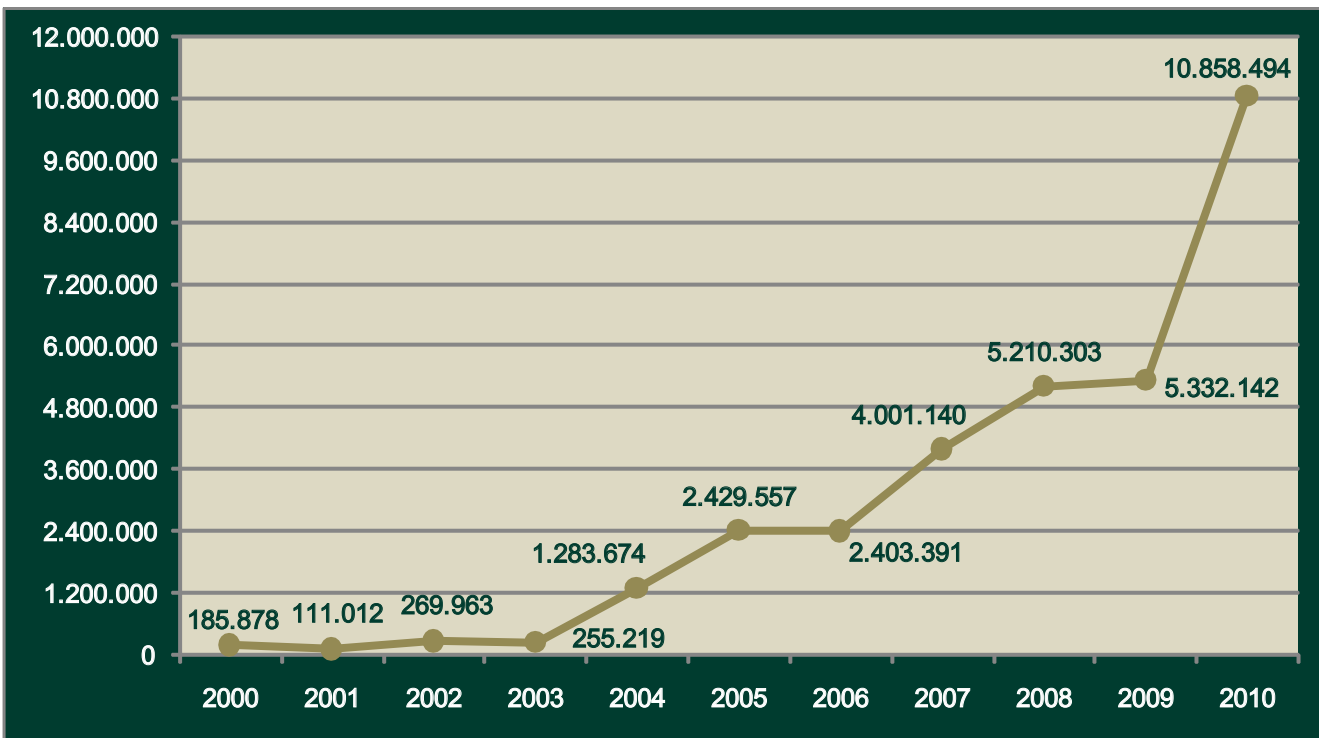


Capital Social

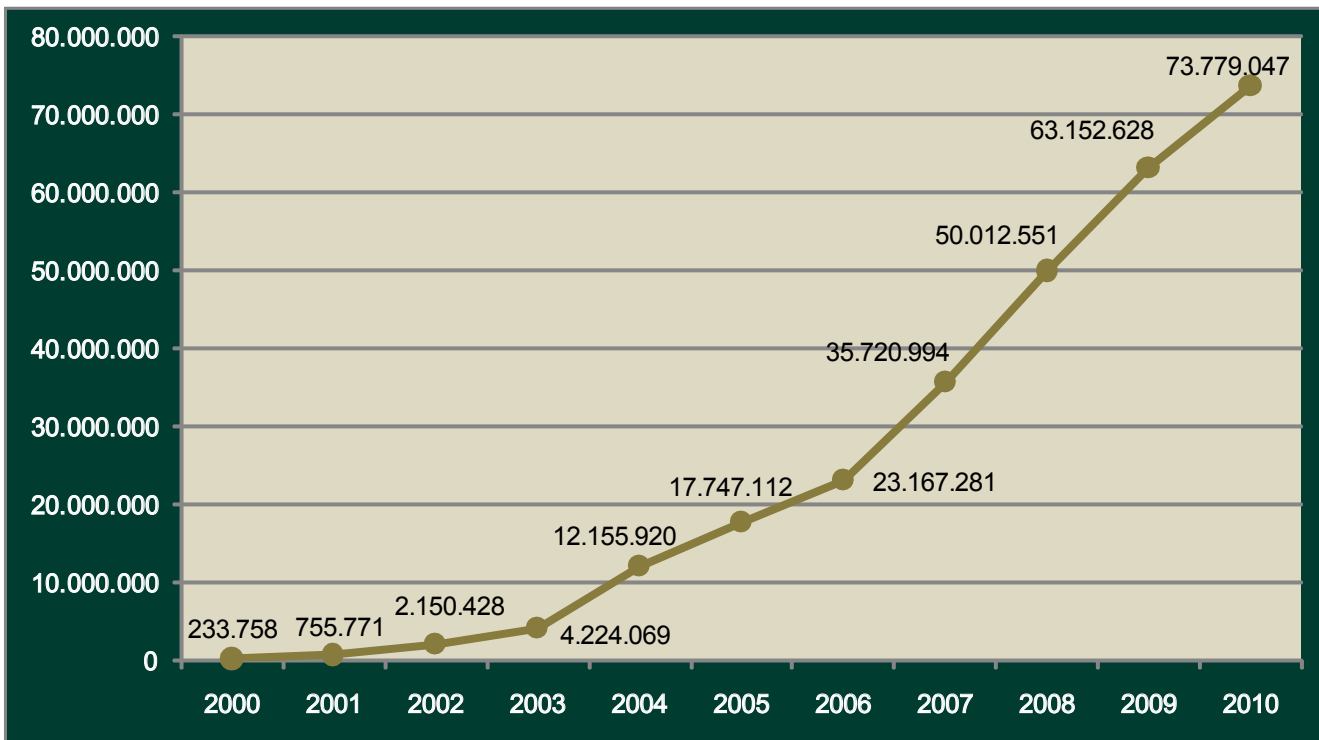


Indicadores de Resultado

Depósitos à Prazo

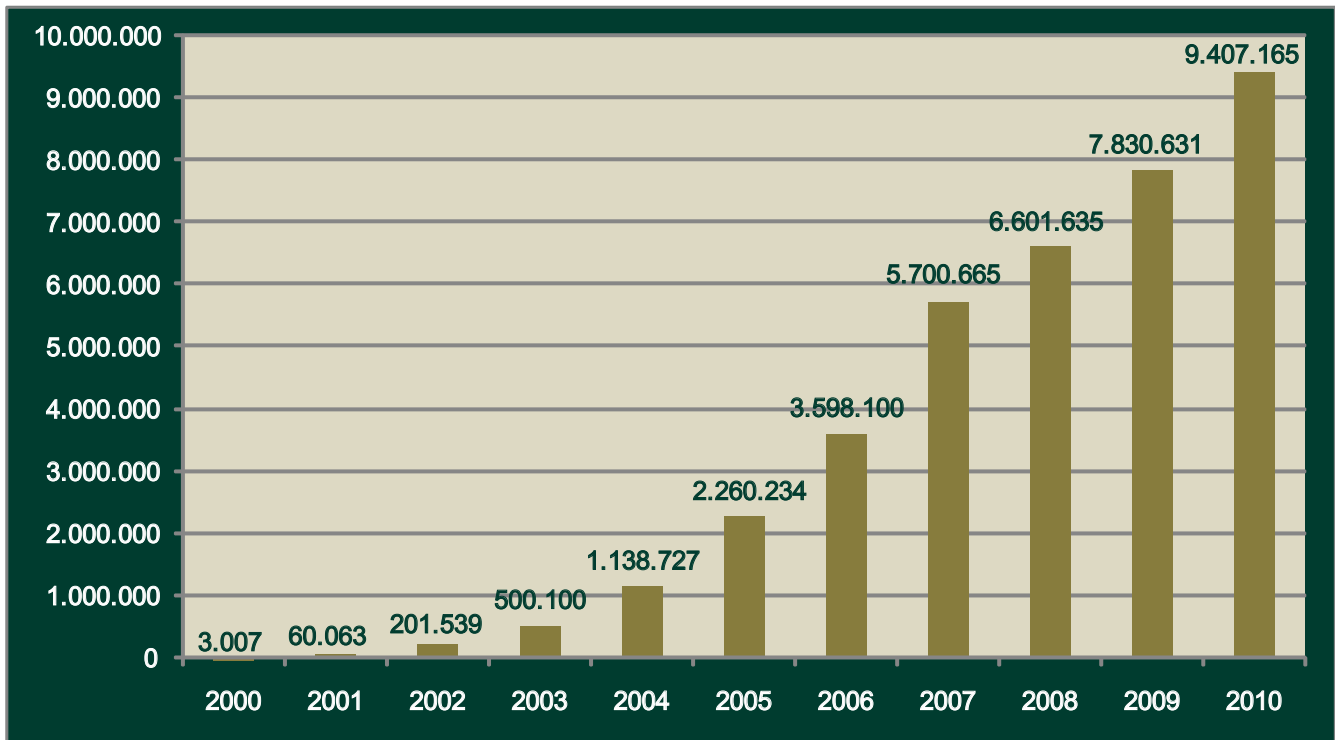


Operações de Crédito



Indicadores de Resultado

Sobras Líquidas + Juros ao Capital Deduzidos o IRRF



Indicadores de Resultado

Rendimentos Comparados dos Últimos 11 anos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acum
Bolsa (SP)	-10,72%	-11,02%	-17,01%	97,34%	17,80%	27,68%	32,90%	43,63%	-41,21%	81,88%	0,53%	301,48%
US\$ Comercial	9,30%	18,67%	52,27%	-18,23%	-8,13%	-11,83%	-8,66%	-17,14%	31,96%	-25,54%	-3,58%	-6,20%
Poupança	8,32%	8,63%	9,27%	11,21%	8,10%	9,17%	8,32%	7,71%	7,90%	7,05%	6,90%	143,10%
CDI	17,32%	17,29%	19,11%	23,25%	16,17%	19,00%	15,04%	11,81%	12,38%	9,88%	9,75%	386,83%
Ouro	5,95%	20,79%	80,93%	-0,77%	-2,85%	2,93%	12,70%	11,26%	32,13%	-3,05%	30,65%	382,13%
CREDUNI - Dep a Prazo	24,49%	22,42%	22,42%	27,47%	22,42%	22,42%	17,30%	11,81%	12,38%	9,88%	9,75%	533,53%
CREDUNI - Inv. Long. P	24,90%	30,30%	24,60%	28,32%	28,96%	27,12%	25,05%	23,26%	20,00%	15,88%	17,13%	970,91%

FONTE: ECONOMÁTICA E CREDUNI.

Rating Unicred Central NNE - Dezembro 2010

Itens de Avaliação do Risco	Peso	Creduni			
		Índice	Risco	Nota	Índice Ideal
Capitalização e Liquidez					
1- Índice de Capitalização (Basileia II)	1	52,73	1	1	> 18%
2- Índice de Limite de Imobilização	1	2,09	1	1	<= 30%
3- Índice de Evolução do PLA	2	10,76	3	6	> 25%
4 - Índice de Liquidez s/ Concentração	2,5	44,21	1	2,5	>30%
Desempenho					
5- Índice do Custo. Administrativo x Ativo	1	4,12	1	1	<= 6%
6- Índice de Retorno s/ PLA	2	247,06	1	2	> 100%
7- Índice de Desempenho Operacional	2,5	20,34	1	2,5	<= 55%
8- Índice de Retorno s/ PLA - Curto Prazo	1	188,77	1	1	> 100%
Qualidade dos Ativos					
09 - Provisão de Risco de Crédito	2	3,36	1	2	<= 4%
10- Concentração dos 10 Maiores Devedores	2,5	2,70	1	2,5	<= 30%
11-Concentração Maior Devedor Individ./PR	2	0,69	1	2	<= 8%
12 - Índice de Inadimplência	2,5	0,34	1	2,5	<= 2%
Notal Final				26,0	
Risco Mensal ▶▶▶▶▶▶				IA	

Intervalo de Pontos		Nível	Taxa FGD
de 22 a 30, 99 pontos	BR LP	" I - A"	0,010%
de 31 a 38, 99 pontos	BR MP	" I - B"	0,015%
de 39 a 46, 99 pontos	MR MP	" II - A"	0,020%
de 47 a 54, 99 pontos	MR CP	" II - B"	0,025%
de 55 a 70, 99 pontos	AR MP	" III"	0,030%
de 71 a 88 pontos	AR CP	" IV"	0,035%

Orçamento do Fates para 2011

- 1) Curso e Treinamento para Funcionários.
Público: Funcionários e Estagiários.
Assunto: Qualidade no Atendimento e Outros.
Ministrantes: a serem contratados.
Valor previsto: R\$ 60.000,00.

- 2) Curso e Treinamento Oferecido pela UNICRED Central N/NE.
Público: Diretores, Conselheiros e Funcionários.
Ministrantes: Responsabilidade da Central.
Valor previsto: R\$ 40.000,00.

- 3) Curso através de Convênios com o SENAI, SENAC e SEBRAE.
Público: Sócios e Dependentes.
Ministrantes: Responsabilidades dos Convênios.
Valor previsto: R\$ 100.000,00.

- 4) Mini Curso e Palestras.
Público: Sócios.
Assunto: Planejamento Financeiro Familiar.
Ministrantes: a serem contratados.
Valor previsto: R\$ 20.000,00.

- 5) Encontro dos Aniversariantes por Trimestre em Campina Grande e João Pessoa.
Público: Sócios Aniversariantes.
Programa do encontro:
 - Recepção com música ao vivo;
 - Informes sobre o desempenho da CREDUNI em 2010;
 - Leitura de mensagens (traga sua mensagem);
 - Canto de parabéns e lanche;
 - Sorteios dos vales presentes.Coordenação: Conselheiro responsável pelo PAC Local.
Valor previsto: R\$ 63.000,00

- 6) Encontro dos Aniversariantes por Semestre em Patos, Bananeiras, Areia e Pombal.
Público: Sócios Aniversariantes.
Programa do encontro:
 - Recepção com música ao vivo;
 - Informes sobre o desempenho da CREDUNI em 2010;
 - Leitura de mensagens (traga sua mensagem);
 - Canto de parabéns e lanche;
 - Sorteios dos vales presentes.Coordenação: Conselheiro responsável pelo PAC Local
Valor previsto: R\$ 21.000,00

Orçamento do Fates para 2011

- 7) Comunicação com os Sócios através dos Correios.
Valor previsto: R\$ 20.000,00.

- 8) Material gráfico para comunicação com os Sócios e divulgação.
Valor previsto: R\$ 26.000,00.

- 9) Confraternizações e Patrocínio.
Valor previsto: R\$ 50.000,00.

Valor Total do orçamento 2011: R\$ 400.000,00.

O FATES terá a integralização de R\$ 389.011,84 que somada ao saldo de dezembro de 2010 totalizará 998.125,36.

A Coordenação em cada Universidade é de responsabilidade do Conselheiro Vogal. As despesas terão autorização da Diretoria Executiva.

Proposta do Conselho de Administração da CREDUNI aprovada na reunião ordinária de 17 de Janeiro de 2011. O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária ter flexibilidade de poder autorizar o remanejamento de recursos de uma rubrica para outra caso haja necessidade.

Campina Grande, 24 de janeiro de 2011.

João Silveira Cabral
Diretor Presidente

Dagoberto Lourenço Ribeiro
Diretor Financeiro

Paulo Ortiz R. de Aragão
Diretor Administrativo

Plano de Ação para Exercício 2011

PLANO DE AÇÃO PARA O EXERCÍCIO 2011

O Plano de Ação para o Exercício 2011 dará continuidade às ações definidas no exercício anterior consideradas permanentes para a completa consolidação da CREDUNI ou não realizadas e contempla a melhoria das instalações físicas na Sede em Campina Grande.

- Oferecer todos os serviços e conquistar a operação integral dos sócios com a CREDUNI.
- Conquistar novos sócios na Paraíba: UEPB, UFCG e UFPB.
- Melhorar a qualidade do atendimento aos associados, através de cursos para os funcionários.
- Oferecer programa de educação financeira familiar para os associados.
- Oferecer cursos de informática e de empreendedorismo para sócios e filhos de sócios
- Construção de prédio anexo à atual Sede em Campina Grande exclusivamente para o atendimento dos sócios, ficando o prédio atual para a administração da CREDUNI.
- Encaminhar para a apreciação do Banco Central do Brasil projeto de expansão da área de atuação da CREDUNI para as Universidades do Nordeste do Brasil.

Campina Grande, 27 de janeiro de 2011.

João Silveira Cabral
Diretor Presidente

Dagoberto Lourenço Ribeiro
Diretor Financeiro

Paulo Ortiz R. de Aragão
Diretor Administrativo

Proposta de Modificação do Estatuto Social

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Estatuto atual

Art. 3º

Parágrafo Primeiro - Poderão associar-se também as seguintes pessoas físicas:
Inciso VI – “Inexistente”.

Art. 20º

Parágrafo Segundo - Em cada grupo seccional serão eleitos um delegado efetivo e um delegado suplente, os dois mais votados, respectivamente, entre os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais. Para efeito de desempate, serão adotados os critérios de antiguidade como associado à cooperativa e de idade, nesta ordem.

Art. 33º

Parágrafo Primeiro - Nos impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo, este pelo Diretor Financeiro e este por um Conselheiro escolhido pelo Conselho de Administração, dentre seus pares.

Art. 63º

III- Informar aos associados/reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias.

Proposta de modificação

Art. 3º

Parágrafo Primeiro: Poderão associar-se também as seguintes pessoas físicas:

VI - estudantes de cursos superiores e de cursos técnicos de áreas afins, complementares ou correlatas às que caracterizam as condições de associação.

Art. 20º

Parágrafo Segundo - Em cada grupo seccional serão eleitos um delegado efetivo e um delegado suplente, os dois mais votados, respectivamente, entre os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais **e que não tenham restrições em sistemas públicos e privados de proteção ao crédito**. Para efeito de desempate, serão adotados os critérios de antiguidade como associado à cooperativa e de idade, nesta ordem.

Art. 33º

Parágrafo Primeiro - Nos impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias, **os Diretores serão substituídos da seguinte maneira: 1) o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo, o qual continuará com suas funções administrativas; 2) o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro serão substituídos por Conselheiro escolhido pelo Conselho de Administração, dentre seus pares.**

Art. 63º

III- Informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar **quinze** dias.

**CREDUNI Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores
das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba LTDA**

**Rua Aprigio Veloso, 882 - Bodocongo (UFCG)
Campina Grande-PB
CEP 58.429-970 - Telefone: (83) 2101 7000**

**Rua Baraúnas, 351 – Bodocongó (UEPB)
Campina Grande-PB
Telefone: (83) 2101.7050**

**Rua Dr. Hortêncio Ribeiro, 254 - Castelo Branco
João Pessoa-PB
CEP 58.050-220 - Telefone: (83) 3044 7070**

www.creduni.com.br